



Auditoria Compartilha - Edição nº 004/2026

Normativos, Informativos, Capacitações e Julgados publicados em abril



AUDITORIA INTERNA AVALIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO IFS E APONTA OPORTUNIDADES DE APRIMORAMENTO

Em 2025, a Audint realizou auditoria no Programa de Mestrado – ProfEPT/IFS, com o objetivo de avaliar os processos e controles internos do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado em rede nacional no âmbito do Instituto Federal de Sergipe (IFS).

Síntese:

O trabalho evidenciou oportunidades de aprimoramento relacionadas à formalização de procedimentos, ao monitoramento acadêmico e administrativo, à gestão das informações e à estrutura de apoio ao funcionamento do programa.

Encaminhamentos:

Foram emitidas 12 recomendações, com foco no fortalecimento dos controles internos, na padronização de rotinas, na melhoria dos mecanismos de acompanhamento e na adequação de aspectos estruturais e operacionais.

As recomendações visam contribuir para o aprimoramento contínuo da gestão acadêmica e administrativa do programa.

O relatório completo pode ser consultado na [página da Auditoria Interna](#):

Relatório de Auditoria nº 001/2025 – Avaliação do Programa de Mestrado – ProfEPT/IFS

Orientação rápida

Você sabia?

A adoção de rotinas simples de acompanhamento de prazos no seu setor, com alertas periódicos, pode evitar atrasos em atividades críticas e melhorar o fluxo das demandas institucionais.

Por que isso importa?

A gestão antecipada de prazos reduz retrabalho, melhora a organização das equipes e contribui para maior previsibilidade na execução das atividades.



NOVOS INTEGRANTES DO CONSELHO SUPERIOR DO IFS PARA O BIÊNIO 2026-2027
[PORTARIA GESTÃO DE PESSOAS Nº 969, DE 01 DE ABRIL DE 2026](#)

Foi formalizada a designação dos novos integrantes do Conselho Superior do Instituto Federal de Sergipe (IFS) para o biênio 2026–2027. O colegiado exerce papel estratégico na governança institucional, sendo responsável por deliberações relevantes relacionadas à gestão, normas e diretrizes da instituição.

CAMPUS ITABAIANA: CRIADA A COORDENADORIA DO CURSO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO (LICOMP)
[PORTARIA ATOS ADMINISTRATIVOS Nº 19, DE 06 DE ABRIL DE 2026](#)

O IFS oficializou a criação da Coordenadoria do Curso de Licenciatura em Computação (LICOMP), na modalidade semipresencial, no Campus Itabaiana. Subordinada à Gerência de Ensino (GEN), a nova unidade tem como missão coordenar a formação de educadores capazes de integrar tecnologias digitais e pensamento computacional à Educação Básica. Entre suas atribuições estão o suporte a práticas pedagógicas inovadoras, o estímulo ao uso de ferramentas educacionais avançadas e o fortalecimento de ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas à inclusão digital.

IFS CRIA ESCRITÓRIO DE APOIO AO PESQUISADOR E EXTENSIONISTA (ESAPE)
[PORTARIA ATOS ADMINISTRATIVOS Nº 21, DE 16 DE ABRIL DE 2026](#)

O IFS instituiu o Escritório de Apoio ao Pesquisador e Extensionista (ESAPE). Vinculado à Reitoria, a unidade tem como finalidade orientar e acompanhar a execução financeira de projetos financiados com recursos internos do IFS, desde o planejamento das despesas até a prestação de contas. Entre suas competências,

PUBLICADO O REGIMENTO INTERNO DA PROCURADORIA FEDERAL JUNTO AO IFS
[PORTARIA ATOS ADMINISTRATIVOS Nº 24, DE 23 DE ABRIL DE 2026](#)

Foi oficialmente publicado o Regimento Interno da Procuradoria Federal junto ao IFS (PF/IFS), por meio da Instrução Normativa nº 00004/2026. O documento detalha o funcionamento deste órgão, que é vinculado à Advocacia-Geral da União (AGU), e define os limites de sua atuação. A normativa reforça que as atividades de consultoria jurídica devem ter foco estritamente técnico e institucional, servindo como ferramenta de controle preventivo para orientar os gestores nas tomadas de decisão.

PF/IFS REGULAMENTA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
[PORTARIA ATOS ADMINISTRATIVOS Nº 25, DE 23 DE ABRIL DE 2026](#)

A Procuradoria Federal junto ao IFS (PF/IFS) publicou normativo que disciplina a delegação de competências ao Subprocurador-Chefe para aprovação de determinadas manifestações jurídicas.

IFS INSTITUI UNIDADE PARA GESTÃO DE PROGRAMAS DE INCLUSÃO E OPORTUNIDADES
[PORTARIA ATOS ADMINISTRATIVOS Nº 27, DE 30 DE ABRIL DE 2026](#)

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPEX) agora conta com uma unidade estratégica: o setor de Programas de Inclusão e Oportunidades do IFS (PIOIFS). A nova unidade focará no controle processual e acompanhamento de iniciativas fundamentais, como o Mulheres Mil, PartiuIF e Sala Verde.

destacam-se o suporte na elaboração de orçamentos, a orientação sobre classificação contábil e orçamentária, o acompanhamento de remanejamentos financeiros, a verificação da conformidade documental e fiscal, além do apoio à regularização patrimonial de bens adquiridos no âmbito dos projetos.

IFS REGULAMENTA ATIVIDADES DE CONSULTORIA JURÍDICA DA PROCURADORIA FEDERAL

[PORTARIA ATOS ADMINISTRATIVOS Nº 23, DE 23 DE ABRIL DE 2026](#)

Foi aprovada a Portaria Conjunta nº 01/2026, que estabelece as diretrizes para as atividades de consultoria e assessoramento jurídico prestados pela Procuradoria Federal junto ao IFS. A norma visa organizar o fluxo de solicitações e definir os parâmetros de atuação jurídica dentro da instituição.



RESOLUÇÕES E DELIBERAÇÕES

ENSINO A DISTÂNCIA: APROVADO PROJETO PEDAGÓGICO DO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO (UAB/IFS).

[RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 376, DE 01 DE ABRIL DE 2026](#)

Foi aprovado, por meio da Resolução nº 376/2026, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado em Administração, na modalidade de Educação a Distância (EaD), ofertado no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

A aprovação ocorreu *ad referendum* do Conselho Superior, permitindo a implementação do curso conforme as diretrizes institucionais e educacionais vigentes. O PPC define a organização acadêmica, estrutura curricular e orientações pedagógicas da formação.

IFS ADEQUA NORMATIVOS INTERNOS À EXIGÊNCIA LEGAL DE COMPOSIÇÃO PARITÁRIA

[RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 377, DE 08 DE ABRIL DE 2026](#)

[RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 380, DE 10 DE ABRIL DE 2026](#)

O Instituto Federal de Sergipe (IFS) publicou a Resolução nº 377/2026, posteriormente referendada pela Resolução nº 380/2026, estabelecendo a aplicação da composição paritária em todos os órgãos colegiados e

IFS ATUALIZA REGIMENTO INTERNO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE COMPUTAÇÃO (PROFCOMP)

[RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 383, DE 15 DE ABRIL DE 2026](#)

Foi oficializado o Regimento Interno do Mestrado Profissional em Ensino de Computação para Educação Básica (PROFCOMP), que será ofertado pelo Campus Itabaiana. O documento estabelece as diretrizes e normas que regerão o curso, validando, com ajustes pontuais, as regras de organização acadêmica e administrativa.

CAMPUS ITABAIANA: CONSOLIDADO O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS

[RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 384, DE 22 DE ABRIL DE 2026](#)

O Instituto oficializou o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico de Nível Médio em Serviços Jurídicos, na modalidade integrada, para o Campus Itabaiana. A Resolução nº 384/2026 ratifica o planejamento acadêmico e as diretrizes curriculares da formação. Essa validação é essencial para a regularidade pedagógica e a qualidade do ensino técnico oferecido aos estudantes.

CAMPUS SOCORRO: FORMALIZADA A

comissões institucionais, incluindo o Conselho Superior.

A medida torna sem efeito a aplicação do TAC nº 01/2012 – MPF nos normativos internos do IFS, passando a adotar como referência o art. 10, §3º da Lei nº 11.892/2008.

Com isso, reforça-se a obrigatoriedade de participação equilibrada entre os segmentos que compõem a comunidade institucional, devendo essa diretriz ser observada tanto em atos normativos anteriores quanto futuros.

A atualização demanda atenção das unidades responsáveis pela constituição e revisão de colegiados e comissões, a fim de assegurar conformidade com a base legal vigente.

ELEIÇÕES IFS: CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE PARA REITORIA E DIREÇÕES-GERAIS.

[RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 378, DE 09 DE ABRIL DE 2026](#)

[RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 381, DE 10 DE ABRIL DE 2026](#)

O Instituto Federal de Sergipe (IFS) publicou a Resolução nº 378/2026, posteriormente referendada pela Resolução nº 381/2026, promovendo atualizações no regulamento do processo de consulta para os cargos de Reitor(a) e Diretor(a)-Geral de campus.

As mudanças incidem sobre dispositivos da Resolução nº 114/2021, com destaque para a atualização dos requisitos relacionados à carreira do magistério. A revisão do regulamento requer atenção das unidades e potenciais candidatos quanto às novas condições estabelecidas.

IFS INICIA PROCESSO DE CONSULTA PARA ESCOLHA DE REITOR(A) E DIRETORES(AS)-GERAIS.

[RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 379, DE 10 DE ABRIL DE 2026](#)

O Instituto Federal de Sergipe (IFS) publicou a Resolução nº 379/2026, que deflagra o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do(a) Reitor(a) e dos(as) Diretores(as)-Gerais de diversos campi. A consulta será realizada em turno único e abrangerá os campi Aracaju, Estância, Itabaiana, Glória, Lagarto, Propriá, São Cristóvão, Socorro e Tobias Barreto.

A medida marca o início do processo eleitoral interno, que envolve a participação da comunidade acadêmica na escolha dos dirigentes institucionais, conforme regulamentação vigente.

ESTRUTURA DO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

[RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 385, DE 22 DE ABRIL DE 2026](#)

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico em Segurança do Trabalho, na forma integrada, ofertado pelo Campus Socorro, foi oficialmente validado pela Resolução nº 385/2026. O documento ratifica, com ajustes técnicos, o planejamento acadêmico da formação.

IFS REFERENDA RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2025

[RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 387, DE 22 DE ABRIL DE 2026](#)

O Instituto Federal de Sergipe (IFS) publicou a Resolução nº 387/2026, que referenda a Resolução nº 375/2026, responsável pela aprovação do Relatório de Gestão referente ao exercício de 2025.

O documento consolida as principais ações, resultados e informações institucionais do período, atendendo às exigências de transparência, prestação de contas e governança pública.

PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS: ALTERAÇÃO NOS CRITÉRIOS DO BOLETIM DE SERVIÇO (SEI/IFS)

[INSTRUÇÃO NORMATIVA CD/ IFS Nº 29, DE 24 DE ABRIL DE 2026](#)

O Instituto Federal de Sergipe (IFS) publicou a Instrução Normativa nº 29/2026, que promove alteração na norma que regulamenta os critérios e procedimentos para publicação de atos oficiais internos no Boletim de Serviço do SEI/IFS.

A mudança consiste na revogação do item “c” do inciso II do art. 5º da Instrução Normativa nº 26/2025. Com isso, há ajuste nas regras operacionais relacionadas à publicação de atos institucionais no sistema.

A atualização reforça a necessidade de atenção às normas vigentes por parte das unidades responsáveis.

PIBID/IFS: NOVA INSTRUÇÃO NORMATIVA REGULAMENTA BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA

[INSTRUÇÃO NORMATIVA CD/ IFS Nº 30, DE 24 DE ABRIL DE 2026](#)

O Instituto Federal de Sergipe (IFS) publicou a Instrução Normativa nº 30/2026, que regulamenta o funcionamento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

CAMPUS ITABAIANA: CONSELHO SUPERIOR REFERENDA PROPOSTA DE NOVO MESTRADO EM ENSINO DE COMPUTAÇÃO
[RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 382, DE 15 DE ABRIL DE 2026](#)

O Instituto Federal de Sergipe (IFS) aprovou a Resolução nº 382/2026, que ratifica a criação do Mestrado Profissional em Ensino de Computação para Educação Básica (PROFCOMP), em rede, no Campus Itabaiana. A nova normativa confirma, com ajustes técnicos, a aprovação preliminar concedida anteriormente em 2025.

(PIBID) no âmbito da instituição.

A norma complementa as diretrizes nacionais estabelecidas pela Portaria nº 90/2024 da CAPES e prevê que sua aplicação deverá se manter alinhada a eventuais atualizações normativas do órgão federal.

O PIBID tem como objetivo fomentar a iniciação à docência de estudantes dos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre teoria e prática, o desenvolvimento científico e o fortalecimento da formação para atuação na Educação Básica.



NOTÍCIAS

TCU DIVULGA CADERNO TEMÁTICO COM RESULTADOS DE AUDITORIAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

O Tribunal de Contas da União (TCU) lançou um caderno temático que reúne os principais achados de 32 auditorias realizadas na área da educação entre 2016 e 2025.

A publicação está organizada em três eixos: educação básica, educação superior e Plano Nacional de Educação (PNE), permitindo uma visão consolidada das fiscalizações realizadas no período.

O material apresenta informações relevantes para gestores públicos, contribuindo para o aprimoramento de práticas, identificação de riscos e fortalecimento do controle preventivo na área educacional.

Fonte: [Portal TCU](#).

TCU APONTA CAUSAS DE VAGAS OCIOSAS NA GRADUAÇÃO E RECOMENDA MELHORIAS NO ACESSO

O Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do Acórdão nº 875/2026 – Plenário, analisou a baixa ocupação de vagas em cursos de graduação nas universidades federais.

Entre os principais fatores identificados estão falhas no Sistema de Seleção Unificada (Sisu),

NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESTABELECE METAS PARA A PRÓXIMA DÉCADA

Foi sancionada a Lei nº 15.388/2026, que institui o novo [Plano Nacional da Educação \(PNE\)](#), definindo diretrizes, metas e estratégias para a educação brasileira pelos próximos dez anos. O plano possui base constitucional e orienta o planejamento das políticas públicas educacionais em âmbito nacional. Entre as metas, destaca-se a ampliação do investimento público em educação, com previsão de atingir 7,5% do Produto Interno Bruto (PIB) até o sétimo ano de vigência e 10% ao final do período. O novo PNE serve como referência para o alinhamento das ações dos entes federativos e das instituições de ensino, demandando acompanhamento contínuo quanto ao cumprimento das metas estabelecidas.

Fonte: [Portal GOV](#)

MEC ATUALIZA DIRETRIZES DE ORGANIZAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DOS INSTITUTOS FEDERAIS

O Ministério da Educação publicou a Portaria nº 327/2026, que altera dispositivos da Portaria MEC nº 713/2021, responsável por estabelecer diretrizes para a organização dos Institutos

limitações na oferta de cursos, como a baixa disponibilidade de turmas noturnas e na modalidade EaD, e questões relacionadas à atratividade das formações. Como encaminhamento, o TCU recomendou o aprimoramento dos mecanismos de seleção, da gestão acadêmica e das estratégias de divulgação institucional, com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino superior e reduzir a ociosidade de vagas.

Fonte: [Portal TCU](#)

MGI INSTITUI POLÍTICA DE GOVERNANÇA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ÂMBITO DO GOVERNO FEDERAL

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) publicou a [Portaria nº 3.485, de 24 de abril de 2026](#), que institui a Política de Governança de Inteligência Artificial no âmbito da pasta. A medida estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades para o desenvolvimento, a aquisição e o uso de aplicações de inteligência artificial (IA), alinhando o uso da tecnologia aos valores públicos e à legislação vigente.

Fonte: [Portal GOV](#)

Federais, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II.

A atualização abrange os parâmetros de expansão institucional e o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas. Além disso, a norma revoga a Portaria MEC nº 548/2025.

As mudanças impactam a estrutura organizacional e o planejamento de pessoal das instituições, exigindo atenção das áreas administrativas quanto à adequação aos novos critérios estabelecidos.

Fonte: [MEC](#)

CNPQ ATUALIZA NORMAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE BOLSAS E AUXÍLIOS À PESQUISA

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) publicou a Portaria nº 2.702/2026, que atualiza as normas de prestação de contas aplicáveis aos beneficiários de bolsas e auxílios à pesquisa. A norma disciplina a utilização dos recursos financeiros, estabelece diretrizes para prestações de contas parciais e finais, além de tratar dos procedimentos de monitoramento e avaliação.

Fonte: [Portal CNPQ](#)



Nesta seção você encontrará sugestões de capacitações que estão alinhadas com o **Plano Anual de Capacitação do IFS** para 2026.

Capacitação em Destaque

Tema do mês: **Planejamento, Monitoramento e Gestão da Informação**

 **Cursos recomendados:**

- **Contratações Públicas: Planejamento da Contratação** – ENAP
- **Introdução à Gestão de Processos** – ENAP
- **Gestão da Informação e Documentação** – ENAP

Por que fazer?

Aprimora a organização das atividades, fortalece o acompanhamento de prazos e melhora a qualidade das informações institucionais, contribuindo para decisões mais seguras e redução de retrabalho.

Contratações Públicas: Planejamento da Contratação



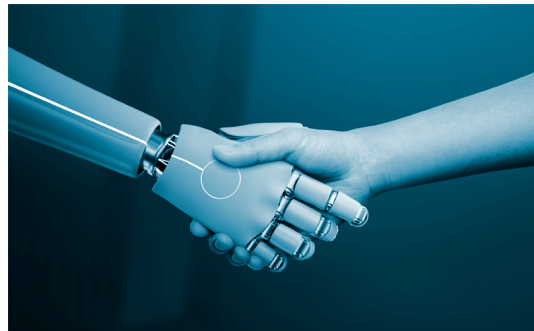
Introdução à Gestão de Processos



Gestão da Informação e Documentação - Conceitos Básicos em Gestão Documental



Desvendando a Inteligência Artificial na Administração Pública



GOVERNANÇA E CONTROLES

PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE: NOTIFICAÇÃO A UM RESPONSÁVEL INTERROMPE PRAZO PARA TODOS

Acórdão 1608/2026 Segunda Câmara

A notificação dirigida a um dos responsáveis identificados no processo interrompe a contagem da prescrição intercorrente para todos. Embora a notificação seja considerada causa

PRESCRIÇÃO: ATO DE APURAÇÃO INTERROMPE PRAZO PARA TODOS OS ENVOLVIDOS

Acórdão 1624/2026 Segunda Câmara

Ato inequívoco de apuração dos fatos (art. 5º, inciso II, da Resolução TCU 344/2022) constitui causa objetiva de interrupção da prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória do TCU, atingindo também eventuais responsáveis pela

interruptiva de natureza pessoal para fins de interrupção da prescrição principal (art. 5º, § 5º, da [Resolução TCU 344/2022](#)), tal raciocínio não se aplica à prescrição intercorrente, cuja interrupção ocorre com qualquer ato processual tendente a impulsionar de modo relevante o processo (art. 8º, § 1º, da mencionada resolução).

irregularidade ainda não identificados na investigação.



GESTÃO DE PESSOA

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE: VEDAÇÃO DE INCORPORAÇÃO NA APOSENTADORIA

[Acórdão 1267/2026 Primeira Câmara](#)

O pagamento de adicional de periculosidade em proventos de aposentadoria é considerado ilegal. Por ser uma vantagem vinculada à exposição a riscos no trabalho, o direito ao adicional cessa assim que o servidor deixa de exercer a atividade perigosa, não podendo ser carregado para a inatividade.

ACUMULAÇÃO DE CARGO DE PROFESSOR EM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA COM PROVENTOS DE APOSENTADORIA

[Acórdão 1500/2026 Segunda Câmara](#)

É regular a acumulação de remuneração de cargo de professor, exercido em regime de dedicação exclusiva, com proventos de aposentadoria oriunda de outro cargo público, de qualquer natureza (art. 37, inciso XVI, alínea b, da [Constituição Federal](#)), uma vez que, a partir da aposentadoria, o servidor deixa de possuir carga horária de trabalho, não havendo, portanto, que se falar em compatibilidade de horários (caput do mesmo artigo), o que possibilita o exercício de cargo acumulável com dedicação exclusiva.



LICITAÇÕES E CONTRATOS

INIDONEIDADE: USO INDEVIDO DE BENEFÍCIOS DE ME/EPP PODE LEVAR À SANÇÃO

[Acórdão 860/2026 Plenário](#)

É cabível a declaração de inidoneidade (art. 46 da [Lei 8.443/1992](#)) para participar de licitações na Administração Pública Federal ou por ela ser contratada, bem como de licitações realizadas por estados, Distrito Federal e municípios que envolvam recursos federais, de pessoa jurídica que, autodeclarando-se microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) com vistas a usufruir dos benefícios concedidos pela [LC 123/2006](#), mantém sociedade de fato com outra empresa, pois tal situação se enquadra na

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: EXIGÊNCIA DE EXPERIÊNCIA DEVE SER JUSTIFICADA NO ETP

[Acórdão 733/2026 Plenário](#)

Em licitações de serviços continuados, a exigência de comprovação de tempo mínimo de experiência (art. 67, § 5º, da [Lei 14.133/2021](#)), para fins de qualificação técnico-operacional, deve estar adequadamente fundamentada em informações constantes do estudo técnico preliminar, sob pena de infração ao disposto no art. 18, § 1º, incisos I e VII, da mencionada lei.

vedação prevista no art. 3º, § 4º, inciso I, da mencionada lei complementar.

Para acessar o **catálogo completo** da Escola Virtual de Governo [clique aqui](#).

[Clique aqui](#) para conhecer **todos os cursos** oferecidos pelo ISC-TCU.

[Clique aqui](#) para conhecer **todos os cursos** oferecidos pelo ILB.

Audint - Auditoria Interna do IFS

A Auditoria Interna mais perto de vocês!

Elaboração e consolidação:

Ivan Carlos de Souza

Revisão:

Raquel da Silva Oliveira Estácio

Sugestões e melhorias:

Fernando Augusto de Jesus Batista

Helanne Cristianne da Cunha Pontes

Ivan Carlos de Souza

Raquel da Silva Oliveira Estácio

William de Jesus Santos



This email was sent to << Test Email Address >>

[why did I get this?](#) [unsubscribe from this list](#) [update subscription preferences](#)

Auditoria Interna IFS · Rua Francisco Portugal, 150 · Aracaju, Se 49020-390 · Brazil

